



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 23/02/2024

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO
JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Humanidade sente o impacto do aquecimento global na saúde.

As maiores tragédias atingem os mais vulneráveis, como os mais pobres, crianças, idosos e mulheres grávidas.

Dr. Drauzio Varella

Que calor insuportável! É a queixa que mais escuto.

Há anos os estudiosos nos alertam que o planeta vinha sofrendo com o efeito estufa e que as consequências para a humanidade seriam imprevisíveis. O mundo reagiu a essa ameaça com displicência e descrédito. Apesar das evidências que se acumulavam, insistimos em viver perigosamente.

Os resultados do descaso e do negacionismo agora estão ao alcance de nossos olhos: calor infernal, inundações para todo lado, rios secos, vendavais e outros eventos destrutivos que assolam os cinco continentes. Sofrem todos: os países frios e os tropicais, os ricos e os pobres, as populações litorâneas e as do interior.

Claro que as maiores tragédias atingem as populações que vivem em condições precárias e os mais vulneráveis: bebês e crianças, os mais velhos, as mulheres e homens com doenças crônicas, as pessoas desnutridas e as grávidas.

A revista Science, publicação oficial da Academia Americana de Ciência, faz uma análise das consequências do calor extremo na gravidez.

Diversos estudos epidemiológicos realizados nas últimas décadas mostraram que enfrentar temperaturas altas durante a gestação pode provocar prematuridade fetal, baixo peso ao nascer, anormalidades congênitas e até morte fetal.

A prematuridade é a complicação que está documentada com mais detalhes. Uma revisão publicada em 2020 revelou que, para cada aumento de um grau Celsius na temperatura média do ambiente em que a grávida vive, o risco de nascimento prematuro cresce 5%. E que esse risco chega a aumentar 16% quando ela enfrenta ondas repetidas de calor intenso. Vale lembrar que prematuridade é a principal causa de morte de crianças com menos de cinco anos, globalmente.

Estudos com pequeno número de participantes realizados em países mais desenvolvidos sugerem que a exposição prolongada ao calor aumenta os riscos de diabetes gestacional e pré-eclâmpsia - condição marcada por aumento da pressão arterial que pode evoluir com complicações graves, eventualmente fatais.

A seleção natural dotou os seres humanos de mecanismos biológicos complexos que nos permitem manter em 37° C a temperatura dos órgãos internos. Para tanto, precisamos ser capazes de perder calor na mesma velocidade em que a

temperatura do corpo aumenta. O mecanismo mais eficiente para tal controle é a sudorese. Ao evaporar, o suor que escorre pelo corpo retira calor da pele e abaixa a temperatura do organismo.

[...]

Entre as pessoas com mais de 65 anos o número de óbitos causado pelo calor aumenta ano a ano na Europa desenvolvida e nos Estados Unidos. Mosquitos e carrapatos que se multiplicam com mais facilidade em lugares quentes têm levado para esses países doenças infecciosas que eles julgavam extintas. Os trópicos, que sempre conviveram com temperaturas elevadas, sofrerão consequências ainda mais graves. Neste momento, no Brasil, mais de 100 milhões estão sob alerta máximo de temperatura.

A humanidade começa a sentir na pele o impacto do aquecimento global na saúde. É só o começo.

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella>

1. Na construção deste texto, predominou a função da linguagem denotativa ou referencial que se constitui

- A) no retrato das graves consequências do aquecimento global na saúde do planeta.
- B) no registro objetivo de informações sobre os impactos do aquecimento global.
- C) na organização da mensagem a partir de critérios estéticos que envolvam o leitor.
- D) no objetivo de escrever um texto que tem como referência aspectos do próprio texto.
- E) no uso do canal de comunicação como estratégia para interação com o leitor.

2. "O mundo reagiu a essa ameaça com displicência e descrédito." 2º§

Na frase acima, a palavra destacada classifica-se como um verbo

- A) relacional.
- B) intransitivo.
- C) transitivo direto.
- D) transitivo indireto.
- E) transitivo direto e indireto.

3. "Há anos os estudiosos nos alertam que o planeta vinha sofrendo com o efeito estufa [...]." 2º§

Assinale a alternativa em que a função do "que" é a mesma do termo acima sublinhado.

- A) Li o artigo científico de **que** você me falou.
- B) **Que** longe de uma solução estamos!
- C) Temos **que** combater o aquecimento global.
- D) Primeiro **que** tudo, vamos cuidar do meio ambiente.
- E) Dizem **que** o Brasil provocou menos efeito estufa em 2022.

4. "Apesar das evidências que se acumulavam, insistimos em viver perigosamente." 2º§

Assinale a alternativa que apresenta a correta relação entre as duas orações desse período.

- A) A primeira oração indica uma proporcionalidade do processo verbal.
- B) A primeira oração estabelece uma concessão em relação à ideia seguinte.
- C) A segunda oração corresponde à consequência da primeira oração.
- D) A segunda oração corresponde à explicação da primeira oração.
- E) Há uma relação de comparação entre as ideias das duas orações.

5. "Os trópicos, que sempre conviveram com temperaturas elevadas, sofrerão consequências ainda mais graves." 10º§

É correto afirmar que as vírgulas nessa frase separam:

- A) orações coordenadas assindéticas.
- B) oração subordinada substantiva subjetiva.
- C) oração subordinada adjetiva explicativa.
- D) oração subordinada adjetiva restritiva.
- E) oração subordinada adverbial de tempo.

6. Em "[...] a natureza parece estar chorando [...]", há a seguinte figura de linguagem:

- A) metáfora.

- B) ironia.
- C) hipérbole.
- D) personificação.
- E) metonímia.

7. Assinale a alternativa que completa corretamente as frases.

I. Esse comportamento não _____ com a educação ambiental.

II. Garrafas de plástico _____ até 100 vezes mais nanoplastico.

III. Empresas _____ processos internos para diminuição de resíduos plásticos.

IV. Eles _____ os estoques dos escritórios com produtos sustentáveis.

- A) convêm - contém - reveem - provêm.
- B) convém - contém - revêem - proveem.
- C) convêm - contém - reveem - proveem.
- D) convém - contém - reveem - provêm.
- E) convém - contém - reveem - proveem.

8. São normas para a correta colocação pronominal, exceto:

- A) A próclise, em início de frase, é típica da linguagem coloquial.
- B) A próclise tende a ocorrer após pronomes relativos e conjunções subordinativas.
- C) A ênclise deve ser observada, no início das frases, na língua culta.
- D) Nas locuções verbais, os pronomes átonos devem ficar sempre em ênclise.
- E) A mesóclise ocorre com o verbo no futuro do presente ou no futuro do pretérito do indicativo.

9. Assinale a alternativa cuja frase apresenta erro de concordância verbal.

- A) Destruuiu-se grandes áreas de matas com crimes ambientais.

- B) Devem-se procurar outras soluções mais rápidas.
- C) Necessita-se de profissionais, mas exigem-se referências.
- D) Os meus óculos necessitam de alguns ajustes.
- E) Poderá haver muitas críticas a esse trabalho.

10. Barbarismos ortográficos ocorrem quando as palavras são grafadas em desobediência à lei ortográfica vigente.

Marque a alternativa em que não ocorre desvio da norma culta.

- A) privilégio - autossuficiente - ansioso.
- B) espontaneidade - subzídio - platéia.
- C) paralização - análise - anti-racismo.
- D) quizer - heróico - prazerosamente.
- E) pretencioso - impecilho - incindir.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Conforme previsto no Código de Processo Civil, é correto afirmar sobre o cumprimento de sentença que obriga a pagar alimentos que

- A) a prestação alimentícia poderá ser fixada, tomando por base o salário-mínimo.
- B) apenas a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar não justificará o inadimplemento, sendo necessárias outras provas.
- C) a prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar juntamente com os presos comuns.
- D) o cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.
- E) a execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa nos mesmos autos.

12. No cumprimento provisório e definitivo de sentença em que se exige a obrigação de pagar quantia certa, é correto afirmar que

- A) a concessão de efeito suspensivo à impugnação feita por um dos executados, suspenderá a execução inclusive contra os que não impugnaram.

- B) o cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo.

- C) se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.

- D) na impugnação, o executado poderá alegar apenas a incompetência absoluta, uma vez que a relativa caberá apenas em fase de contestação.

- E) quando a complementação do demonstrativo depender de dados adicionais em poder do executado, o juiz poderá, a requerimento do exequente, requisitá-los, fixando prazo de até 15 (quinze) dias para o cumprimento da diligência.

13. Conforme estabelece o art. 188 do CPC, "Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial". Considerando o que o Código de Processo Civil dispõe a respeito do tema, é certo afirmar que

- A) é permitido lançar, nos autos, cotas marginais ou interlineares.
- B) os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
- C) os atos processuais serão realizados somente nos prazos prescritos em lei.
- D) as audiências e sessões de julgamento, em casos de urgência, poderão se realizar no recesso forense.
- E) é lícito o uso da taquigrafia, da estenotipia ou de outro método idôneo em qualquer juízo ou tribunal.

14. Leia com atenção as opções abaixo:

- I - Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial;
- II - A citação será pessoal, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, do executado ou do interessado;
- III - É obrigatório, aos advogados, promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento;
- IV - Não é ato atentatório à dignidade da justiça, deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação, recebida por meio eletrônico.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) alternativa(s):

- A) I.

- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I e II.
- E) II e III.

15. Acerca das despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- A) as despesas abrangem as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico e a diária de testemunha.
- B) são devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.
- C) se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.
- D) quando, a requerimento do réu, o juiz proferir sentença, sem resolver o mérito, o autor não poderá propor novamente a ação sem pagar ou depositar, em cartório, as despesas e os honorários a que foi condenado.
- E) nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão pagas ao final do processo.

16. Assinale a alternativa correta sobre o inquérito policial, conforme estabelecido no Código de Processo Penal:

- A) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial não pode ser iniciado de ofício.
- B) Nas ações penais condicionadas à representação, o inquérito pode ser iniciado sem a necessidade de que a vítima represente contra o autor do fato.
- C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito será arquivado o feito, havendo a necessidade de novo requerimento para abertura de novo inquérito.
- D) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- E) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

17. Acerca da Ação Penal, tendo em vista o que dispõe o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- A) a representação pode ser retratável depois de oferecida a denúncia.
- B) o juiz não poderá recusar a homologação do Acordo de Não Persecução Penal.
- C) a vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.
- D) não cabe ação privada nos crimes de ação pública.
- E) a mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido.

18. Ainda sobre a Ação Penal, é correto afirmar que

- A) o Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- B) a queixa-crime, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- C) o perdão concedido a um dos querelados na ação penal privada aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- D) o perdão não poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
- E) a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime.

19. Sabe-se que, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, pode ser promovida a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros. Considerando isso, é INCORRETO afirmar que

- A) intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.
- B) havendo a sentença absolutória no juízo criminal, é causa impeditiva para a propositura da ação civil.
- C) faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- D) quando o titular do direito à reparação do dano for pobre, a execução da sentença condenatória ou a ação civil será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público.
- E) não impedirão a propositura da ação civil o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação.

20. Leia com atenção as opções abaixo:

I - Nos casos de exclusiva ação privada, a competência será da residência do réu, mesmo sendo conhecido o lugar da infração.

II - A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

III - Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será exclusivamente no domicílio ou residência do réu.

IV - A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal, está(ão) correta(s) apenas a(s) alternativa(s):

A) II e IV.

B) III.

C) I e IV.

D) II e III.

E) I.

21. Leia as afirmativas abaixo.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, podemos afirmar:

I - Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos são absolutamente incapazes;

II - A incapacidade cessa aos menores de idade no caso de colação de grau em curso de ensino superior;

III - A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória;

IV - A emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz será registrada em registro público.

Estão corretas apenas as afirmativas:

A) I e III.

B) II e IV.

C) I, II e III.

D) II, III e IV.

E) Todas.

22. A respeito dos defeitos do negócio jurídico, podemos afirmar que

A) o falso motivo vicia a declaração de vontade quando não expresso como razão determinante.

B) o erro prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

C) o dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

D) se ambas as partes procederem com dolo, todas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

E) se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito e o simples temor reverencial.

23. No que diz respeito ao adimplemento e extinção das obrigações, assinale a alternativa INCORRETA.

A) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, se sub-roga nos direitos do credor.

B) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.

C) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

D) Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que, em benefício dele, efetivamente reverteu.

E) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.

24. Em consonância com o Código Civil, prescreve em três anos.

A) A pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

B) A pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.

C) A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

D) A pretensão de reparação civil.

E) A pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

25. No que diz respeito aos contratos em espécie, leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

() Findo o contrato de prestação de serviço, o prestador de serviço tem direito a exigir da outra parte a declaração de que o contrato está findo. Igual direito lhe cabe, se for despedido sem justa causa, ou se tiver havido motivo justo para deixar o serviço.

() O mútuo feito à pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido pelo do mutuário, apenas por seus fiadores.

() O depositário, que por força maior houver perdido a coisa depositada e recebido outra em seu lugar, é obrigado a entregar a segunda ao depositante, e ceder-lhe as ações que, no caso, tiverem contra o terceiro responsável pela restituição da primeira.

() O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, exceto se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) V-F-V-V

B) F-F-V-F

C) V-F-F-V

D) V-V-F-F

E) F-F-F-V

26. Acerca do direito das sucessões, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros.

B) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.

C) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

D) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.

E) Havendo herdeiros necessários, o testador poderá dispor de toda a herança.

27. No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública, pode-se afirmar que, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura crime de:

A) Prevaricação.

B) Corrupção passiva.

C) Corrupção ativa.

D) Concussão.

E) Descaminho.

28. Em consonância com o Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

D) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

E) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

29. Assinale a alternativa que contém um crime classificado como praticado por particular contra a administração em geral.

A) Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

B) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias.

C) Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.

D) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

E) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

30. De acordo com a Lei do Estágio, leia as afirmativas abaixo.

I - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

II - O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

III - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

IV - A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, caracteriza vínculo empregatício.

Estão corretas apenas as afirmativas:

A) I e III.

B) II e IV.

C) I, II e III.

D) II, III e IV.

E) Todas.

31. A Constituição do Brasil, promulgada em 1988, vem estabelecer os fundamentos do Estado Democrático de Direito contendo, entre outros, princípios norteadores. Um desses princípios, essencial à democracia, é o que assegura que o poder emana do povo. Nesse sentido, é CORRETO afirmar ser este princípio.

A) Legalidade.

B) Separação dos Poderes.

C) Soberania.

D) Cidadania.

E) Republicano.

32. Na perspectiva dos Direitos Sociais na Constituição Federal do Brasil, o direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, é reconhecido. Com base nesse entendimento, qual das seguintes opções melhor reflete a relação entre meio ambiente e direitos sociais?

A) É um direito social, pois se relaciona diretamente com a qualidade de vida.

B) Não é considerado um direito social, mas um direito coletivo.

C) Está associado apenas à política ambiental, não aos direitos sociais.

D) É um direito fundamental, mas não se enquadra como direito social.

E) Relaciona-se exclusivamente com a política econômica, não influenciando os direitos sociais.

33. Considerando a autonomia municipal no contexto da federação brasileira, como se caracteriza a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, especialmente em áreas que tangem à competência legislativa concorrente da União e dos Estados?

A) Os Municípios podem legislar livremente, desde que não contrariem leis estaduais ou federais.

B) A competência municipal está restrita às áreas não abrangidas pela legislação federal e estadual.

C) Os Municípios possuem autonomia plena em questões de interesse local, mesmo em face de legislação estadual ou federal.

D) A legislação municipal, em áreas de competência concorrente, prevalece sobre a estadual e federal.

E) A autonomia municipal é limitada pela necessidade de convênio com o Estado ou a União.

34. A Defensoria Pública, além de prestar assistência jurídica gratuita, exerce outras funções de extrema relevância conforme a Constituição Federal. Nesse sentido, qual das seguintes opções melhor representa uma dessas funções secundárias, porém essenciais?

A) Promoção dos direitos humanos.

B) Arbitragem em conflitos fundiários.

C) Representação dos servidores públicos em ações judiciais.

D) Elaboração de pareceres jurídicos para órgãos públicos.

E) Defesa dos direitos dos animais.

35. Considerando a Constituição Federal do Brasil, que estabelece os Direitos e Garantias Fundamentais, a cláusula do devido processo legal possui ampla aplicação. Além da garantia de um julgamento justo, como essa cláusula impacta a aplicação de leis restritivas de direitos individuais?

A) Exige que tais leis sejam aplicadas de forma igualitária.

B) Permite a restrição de direitos apenas por meio de legislação específica.

C) Restringe a aplicação de leis retroativas que afetem direitos adquiridos.

D) Determina que restrições de direitos devem passar por revisão judicial obrigatória.

E) Assegura que qualquer lei restritiva de direitos deve ser proporcional e necessária.

36. O Direito Administrativo rege as ações da Administração Pública e é norteado por princípios que asseguram uma gestão eficiente e justa. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar ser um dos princípios do Direito Administrativo.

A) Competência.

B) Eficiência.

C) Legalidade.

D) Publicidade.

E) Moralidade.

37. Os Atos Administrativos, além de se presumirem legais e verídicos até prova em contrário, caracterizando a Presunção de Legitimidade, também apresentam outras características que os diferenciam dos atos jurídicos comuns. Nesse sentido, qual das seguintes opções representa um desses atributos, que se refere à capacidade de a Administração Pública impor obrigações ou restrições unilateralmente aos administrados?

A) Coercibilidade.

B) Imperatividade.

C) Discricionariedade.

D) Vinculação.

E) Exigibilidade.

38. Na validade de um Ato Administrativo, diversos requisitos são essenciais para sua eficácia e conformidade legal. Estes requisitos asseguram que as ações da Administração Pública estejam alinhadas com os princípios do Direito Administrativo. Nesse contexto, é incorreto afirmar ser um elemento do ato administrativo.

A) Vinculação.

B) Tipicidade.

C) Objetivo.

D) Forma.

E) Finalidade.

39. Os Bens Públicos, de acordo com a legislação brasileira, são regidos por um regime jurídico específico, que os diferencia dos bens privados. Este regime inclui características como a inalienabilidade e a imprescritibilidade. Nesse contexto, é CORRETO afirmar ser uma característica fundamental dos Bens Públicos.

A) Inalienáveis.

B) Sempre negociáveis.

C) Livres de qualquer ônus.

D) Privatizáveis.

E) Transferíveis de forma irrestrita.

40. A Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, estabelece que constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Nesse tema, qual das seguintes opções melhor descreve um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública?

A) Omissão na defesa de patrimônio público.

B) Ausência de transparência na gestão fiscal.

C) Atraso deliberado na prestação de contas.

D) Nomeação para cargos públicos com flagrante desvio de finalidade.

E) Inobservância das normas de saúde e segurança no trabalho no setor público.

